

1 **CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL**
2 **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**
3 **ATA DA 116ª REUNIÃO**
4
5

6 **Data:** 08 e 09 de abril de 2009
7

8 **Local:** Sala T-13, localizada no térreo do Edifício Marie Prendi Cruz - SEPN 505, Lote 2, em
9 Brasília-DF.
10

11 **REPRESENTANTES:**

- 12 1. Ministério dos Transportes: Fred Crawford (fred.crawford@transportes.gov.br);
- 13 2. Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio - Conselheiro
14 (hugo.suarez@gmail.com);
- 15 3. Ministério das Cidades: Ausente;
- 16 4. Ministério da Integração Nacional: Irani Ramos (irani.ramos@integracao.gov.br);
- 17 5. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro
18 (marley.mendonca@mma.gov.br);
- 19 6. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);
- 20 7. Ministério de Minas e Energia: Adriano Jeronimo da Silva
21 (adriano.silva@mme.gov.br);
- 22 8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Neusa
23 Marcondes (neusaassis@sp.gov.br)
- 24 9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: Ausente;
- 25 10. Irrigantes: Luciana de Paiva Luquez (luciana.luquez@cna.org.br);
- 26 11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira
27 (sonali@chesf.gov.br);
- 28 12. Indústrias: Maria de Lourdes Pereira dos Santos (maria.lourdes.santos@vale.com);
- 29 13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo:
30 Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
- 31 14. Comitês: Ausente;
- 32 15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Ausente;
- 33 16. Organizações Não Governamentais: Liene Soares Pereira
34 (lienespereira@yahoo.com.br);
- 35 17. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Marco Antonio Tirelli
36 (regional.alegrete@fepam.rs.gov.br).

37

38

39 **DEMAIS PRESENTES:**

- 40 1. Giordano Bruno Bomtempo - ANA (giordanobruno@ana.gov.br)
- 41 2. Ivo Mello - Irrigantes (ivomello@via-rs.net)
- 42 3. Roberto Alves Monteiro – MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- 43 4. Maria Aparecida - CEIVAP (vargasma@terra.com.br)
- 44 5. Lucia Maria Praciano – MME (lucia.mineirinho@mme.gov.br)
- 45 6.

46

47 **RELATORIA:**

- 48 ■ Guilherme Alves da Silva Neto - Secretaria Executiva do CNRH
49 (guilherme.neto@mma.gov.br)
50

51 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

52

53 Às 9h do dia 08 de abril de 2010, iniciou-se a 116ª Reunião da Câmara Técnica de
54 Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos -
55 CNRH, para tratamento da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. **Márley Caetano de**
56 **Mendonça (SRHU/MMA)**, presidente da CTIL, saudou os presentes, solicitou que todos
57 fizessem uma breve apresentação e, após as apresentações, declarou abertos os trabalhos.
58 **Item 1 - Informes:** O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** perguntou se
59 alguém gostaria de realizar algum informe. O Sr. **Guilherme Alves (SRHU/MMA)**
60 informou que foi distribuído material adicional para a reunião e que o Sr. Tarso Isaias,
61 representante do IBAMA, não pode comparecer a reunião por motivo pessoal. Também
62 informou que a ata da 115ª reunião da CTIL será analisada na próxima reunião. O Sr.
63 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** apresentou o novo diretor da Secretaria
64 de Recursos Hídricos, o Sr. **Marco Neves (SRHU/MMA)**, para a CTIL e passou-lhe a
65 palavra. O Sr. **Marco Neves (SRHU/MMA)** informou a importância institucional da
66 CTIL para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Parabenizou os trabalhos
67 que vêm sendo realizados pela CTIL e informou o papel singular que a CTIL exercerá na
68 revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Também relatou a importância da Pré-
69 Conferência das águas ocorrida nos dias 23 a 25 de março de 2010. Informou que em
70 função à greve dos servidores ambientais, foram canceladas algumas reuniões de Câmaras
71 Técnicas. Informou que as agendas futuras serão programadas de acordo com o andamento
72 da greve. Destacou a dificuldade do quorum do CNRH e informou que foi marcada uma
73 reunião com a Casa Civil para discutir a participação do governo federal. A Sra. **Neusa**
74 **Marcondes (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo)**
75 questionou porque não se aproveita essa oportunidade e altera-se a forma da composição
76 do CNRH. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** ressaltou que nesse
77 momento é importante para tratar da participação do governo com a Casa Civil. O Sr.
78 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou seu desligamento da SRHU e
79 do CNRH, após 7 anos de trabalho e ressaltou o aprendizado e a experiência
80 adquiridos. **Item 2 – Proposta de Moção que “Encaminha à Casa Civil da Presidência**
81 **da República minuta de Medida Provisória visando garantir a Sustentabilidade**
82 **Financeira do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos –**
83 **SINGREH no âmbito dos Estados”;** O Sr. **Márley Caetano de Mendonça**
84 **(SRHU/MMA)** passou a palavra ao Sr. **Giordano Bruno Bomtempo (ANA)** para que
85 fizesse a apresentação das propostas dos itens 2 e 3 referentes a Moção encaminhada pela
86 Câmara Técnica de Cobrança - CTCOB. Após a apresentação das duas propostas de
87 **Moções**, o Sr. **Giordano Bruno Bomtempo (ANA)** colocou-se a disposição para maiores
88 esclarecimentos. A Sra. **Sonáli Cavalcanti Oliveira (Concessionárias e Autorizadas de**
89 **Geração Hidrelétrica)** em virtude de haver na proposta de Minuta de Moção uma
90 sugestão de inclusão de artigo, como sendo da “FIESP e Concessionárias de energia”, a
91 qual pretendia estabelecer também, como os Estados deveriam aplicar os recursos
92 depositados nos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos, esclareceu que se posicionava
93 contrária a esta definição, por ser uma ingerência da União nos assuntos dos Estados. Na
94 ocasião, explicitou ser bom que se vincule os recursos da Compensação Financeira pela
95 Utilização dos Recursos Hídricos para Geração de Energia - CFURH aos Fundos
96 Estaduais de Recursos Hídricos, mas a definição de como os Estados vão aplicá-lo deve se
97 dar em nível estadual (Assembléias Legislativas / Conselhos Estaduais de Recursos
98 Hídricos). Informou também, que em contatos feitos, por telefone, com representantes das
99 Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica na CTCOB, estes ratificaram o
100 mesmo entendimento. A Sra. **Neusa Marcondes (Conselhos Estaduais de Recursos**
101 **Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo)** informou que se o Estado não tiver consciência
102 dessa necessidade nada garante essa sustentabilidade financeira. A Sra. **Maria de**

Lourdes Pereira dos Santos (Indústrias) ressaltou que existem itens nas propostas de Moção que não estão claros. O Sr. **Carlos Hugo (MJ)** destacou que se essa discussão for levada ao congresso estará relacionada com a questão da divisão dos recursos do petróleo. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou que existe um parecer da Agência Nacional de Águas - ANA que dá uma tranquilidade para que a agência possa estar encaminhando essa matéria. Acrescentou que, inicialmente, a decisão de incluir os municípios é quase unânime, mas é preciso ter mais cautela. O Sr. **Giordano Bruno Bomtempo (ANA)** ressaltou que a idéia de adicionar os municípios seria mais do que justa, mas acredita que ainda não é o momento. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** consultou se podia concluir o posicionamento favorável à proposta de Moção. Não havendo unanimidade, colocou em votação: obteve 8 votos favoráveis (**MJ, MMA, ANA, MI, Indústrias, Concessionárias, OTEPs, ONG**) e 1 abstenção (**CERH-RJ/SP**). Passou-se a análise do texto da Moção. Foram realizadas algumas modificações no texto da Moção. A proposta foi aprovada pela CTIL e encaminhada para apreciação do CNRH. **Item 3 – Proposta de Moção que “Encaminha à Casa Civil da Presidência da República minuta de Medida Provisória que visa assegurar o repasse dos recursos para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH”:** Após a apresentação dessa proposta do item anterior, passou a análise da proposta de Resolução. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** consultou se poderia aprovar a proposta de Moção encaminhada pela CTCOB em seus aspectos legais e institucionais. A proposta de Moção foi aprovada em relação ao mérito. Passou-se a análise do texto da Moção. Foram realizadas algumas modificações no texto da Moção para melhor entendimento. A proposta foi aprovada pela CTIL e encaminhada para apreciação do CNRH. **Item 4 – Processo nº 02000.002594/2008-84: Definição de Curso D'água; Apresentações: Oscar Cordeiro (UNB); Tarso Isaia (IBAMA-RS); e Marco Tirelli (FEPAM – RS):** O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** agradeceu a presença dos convidados e deu seguimento as discussões em relação à definição de curso de água. O Sr. **Guilherme Alves (SRHU/MMA)** informou sobre a impossibilidade do Ministério Público do Rio Grande do Sul para ministrar as palestras solicitadas pela CTIL, conforme email encaminhado nos documentos complementares. O **Prof. Oscar Cordeiro (UNB)** informou de sua impossibilidade de efetuar sua palestra nesta reunião, devido a Oficina da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos que estava ocorrendo no mesmo horário da reunião da CTIL. Fez uma breve explanação de seu entendimento em relação ao assunto e gostaria de continuar o debate em outro momento, uma vez que se trata de um tema não tão simples. Ressaltou que coaduna com a opinião do Prof. Demetrius Cristofides, que em uma visão hidrológica e de engenharia, a definição de curso de água é aquele que flui naturalmente. O Sr. **Ivo Melo (Irrigantes)** reafirmou que se trata de uma questão mais complexa, exigindo um maior debate. O **Prof. Oscar Cordeiro (UNB)** destacou que seria interessante que outros especialistas pudessem se debruçar sobre essa questão. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** agradeceu a presença do **Prof. Oscar Cordeiro (UNB)** e deu seguimento ao andamento da reunião. Passou a palavra ao Sr. **Marco Tirelli (FEPAM)**. O Sr. **Marco Tirelli (FEPAM)** informou que um dos objetivos é deixar claro o que é e o que não é um curso de água, determinando o parâmetro quantitativo para se evitar diferentes interpretações. Após a apresentação do Sr. **Marco Tirelli (FEPAM)**, foi permitido aos membros da CTIL perguntas para esclarecimentos. A Sra. **Maria de Lourdes Pereira dos Santos (Indústrias)** reafirmou que acredita que, nesta questão, não se trata de conceituar curso de água ou APP. Destacou que isso que foi mostrado na apresentação vai ao encontro do que se busca com esse tema aqui na CTIL. Ressaltou que talvez estejamos no fórum errado para discutir o conceito de curso de água. A questão não é a definição pelo CNRH de curso de água, mas buscar esse entendimento dentro do Rio Grande do Sul. Não se trata do conceito, mas sim verificar o que possa de fato estar acontecendo. Fez uma sugestão de encaminhamento de que um

pequeno grupo, no prazo de 90 dias, identifique qual seria a verdadeira demanda dos representantes dos Irrigantes do Rio Grande do Sul. Após essa análise, traria ao CNRH sobre o que realmente se trata o problema. O **Sr. Marco Tirelli (FEPAM)** informou que fica a mercê de diversas outras questões para tratar do tema. O **Sr. Ivo Melo (Irrigantes)** destacou que se buscou essa discussão sobre o que está ocorrendo no Rio Grande do Sul, antes de encaminhar a demanda ao CNRH. A **Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos (Indústrias)** propôs o encaminhamento de que se consulte o posicionamento do IBAMA como ele está vendo essa questão. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou que existe a previsão de que um representante do IBAMA compareça a CTIL para tratar do tema, só que não pode comparecer a essa reunião por problemas pessoais, conforme informado. Destacou que, uma vez que a CTIL tenha concluído a apreciação da matéria, pode ser realizada duas hipóteses de encaminhamento: que o autor retire a matéria para tratamento do CNRH ou que se encaminhe a questão para o Plenário do CNRH. Optando por essa última, deve-se apresentar um parecer ao Plenário. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** consultou a câmara se já foi superado a discussão sobre a definição de curso de água na CTIL, uma vez que essa foi a solicitação do conselheiro ao CNRH. A CTIL concordou que essa questão já foi exaurida na câmara. O **Sr. Irani Ramos (MI)** sugeriu que não se decida nesse momento um encaminhamento. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** consultou a câmara sobre a solicitação do **Sr. Irani Ramos (MI)**. O **Sr. Percy Neto (Indústrias)** sugeriu que se realizasse uma Oficina de 2 dias, na qual poderia chegar a uma conclusão, tendo um momento para uma maior discussão. A **Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos (Indústrias)** sugeriu que seja informado ao setor dos Irrigantes que o tema já foi debatido na CTIL e ressaltou que a forma de solicitação foi equivocada desde o início. Sugeriu que se consulte ao IBAMA sobre o tema e destacou que pela primeira vez chegou uma demanda prática para o CNRH analisar, ressaltando a importância do CNRH nos conflitos nacionais. O **Sr. Ivo Melo (Irrigantes)** destacou que a lei é para todo o Brasil e concordou com a sugestão encaminhada pela **Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos (Indústrias)**. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** sugeriu que os membros da CTIL encaminhassem, com 15 dias antes da próxima reunião da CTIL, propostas para a conclusão do tema de definição de curso de água. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** consultou se a câmara gostaria de convidar o IBAMA para a próxima reunião. A CTIL ficou de entrar em contato com a superintendência do IBAMA do Rio Grande do Sul, relatar a situação e pedir a designação de um técnico para que possa comparecer a CTIL. O **Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo)** sugeriu que uma pessoa do DRH do Rio Grande do Sul estivesse presente na próxima reunião. A **Sra. Sonáli Cavalcanti Oliveira (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)** posicionou-se explicitando ser necessário definir as condições de contorno do problema para se atuar no foco da questão. E o foco da questão, pelo apresentado, não é a definição de curso d'água, mas sim a forma de interpretação do normativo, por parte de alguns técnicos dos órgãos responsáveis pelos recursos hídricos e pelo licenciamento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. Dessa maneira, entende que a solução do problema é, de fato, local e deve ser resolvida localmente, ou seja, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. A CTIL encaminhou que os membros enviem, com 15 dias antes da próxima reunião da CTIL, propostas para a conclusão do tema "definição de curso de água" e que se tente a presença de um representante do IBAMA e do DRH do Rio Grande do Sul. Fim do primeiro dia.

Item 5 - Ofício-Circular nº 002/2010/CTAP/CNRH- Competência do CNRH para a análise da Matriz Energética: O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** passou a palavra a **Sra. Neusa Marcondes (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo)** para tratar o tema. A **Sra. Neusa Marcondes (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo)** informou que o

207 Conselho Estadual de São Paulo está retirando a proposta que veio à CTIL, uma vez que
208 não deu para detalhar a proposta apresentada. Nos termos do regimento interno, o
209 Conselho Estadual de São Paulo está retirando a proposta. O **Sr. Wilson Azevedo Filho**
210 **(Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo)**
211 ressaltou que seria interessante a análise deste tema pelo CNRH. A **Sra. Maria de**
212 **Lourdes Pereira dos Santos (Indústrias)** destacou que o Conselho Estadual de Recursos
213 Hídricos de São Paulo poderia ter apresentado com maiores detalhes a proposta. Informou
214 que seria interessante que o setor elétrico propusesse em torno desse tema questões que
215 cabem ser discutidas no CNRH. A **Sra. Neusa Marcondes (Conselhos Estaduais de**
216 **Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo)** afirmou que sobre esse tema não tem
217 condições de trazer essa discussão a CTIL. O **Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e**
218 **Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo)** afirmou que o
219 principal papel do CNRH é a articulação de políticas públicas e nesse sentido é viável
220 trazer o tema para análise da Câmara Técnica. A **Sra. Sonáli Cavalcanti Oliveira**
221 **(Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)** pronunciou-se expressando
222 que não está dentre as competências do CNRH discutir matriz energética. Entende CNRH
223 discutir uso da água para geração de energia, assim como para outros usos. Entretanto, a
224 discussão da matriz energética para o país, está no âmbito do Ministério das Minas e
225 Energia - MME e, mais especificamente, na Empresa de Pesquisa Energética.
226 Continuando, afirmou que o assunto não está na pauta da CTAP e que se a Indústria
227 considera importante sua discussão pelo CNRH, assim proponha. O **Sr. Adriano**
228 **Jerônimo da Silva (MME)** esclareceu que o responsável pela política energética expressa
229 na matriz de energia é o CNPE – Conselho Nacional de Política Energética, que é
230 presidido pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A Empresa de Pesquisa Energética
231 – EPE é um braço executor de estudos para o planejamento do MME e o executor da
232 política energética é o CNPE. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)**
233 gostaria de explicar que, regimentalmente, uma vez que o proponente retira a proposta, os
234 membros da CTIL não têm como discutir o tema proposto. Dessa forma, qualquer
235 conselheiro poderá apresentar o tema ao CNRH. A CTIL encaminhou que o tema será
236 retirado da pauta e fica aos conselheiros reapresentar o tema ao CNRH. **Item 6 –**
237 **Discussão do tema "Acesso à água como Direito Humano Universal, reconhecida a**
238 **soberania de cada nação sobre seu patrimônio hídrico e sobre a definição de como**
239 **esse acesso será exercido":** O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)**
240 explicou que o presidente da ANA se encontrou com o embaixador do Itamaraty e este deu
241 o sinal verde para que o CNRH pudesse dar andamento ao tema da água como direito
242 humano universal. Como o presidente da ANA já havia solicitado verbalmente e a pedido
243 do Secretário Executivo do CNRH, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)**
244 resolveu adiantar o tema e pautá-lo na CTIL. Não existe uma proposta escrita de como o
245 tema deve ser discutido. Não precisa ser feito com pressa, mas apenas se trata de uma
246 introdução ao tema no CNRH para que o esse Conselho possa dar seguimento. O **Sr.**
247 **Carlos Hugo (ONG)** informou que o Itamaraty tem uma definição em determinados
248 temas e não permite que esses temas sejam discutidos em outras esferas públicas e
249 ressaltou a dificuldade que se enfrenta na Câmara Técnica de Recursos Hídricos
250 Transfronteiriços. Em relação a por o acesso a água como direito universal, trata-se de um
251 tema importante a ser discutido no CNRH e o Conselho tem pleno direito dessa discussão.
252 O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** ressaltou que a questão é mais
253 complexa do que parece. O **Sr. Carlos Hugo (ONG)** acredita que é complicado definir o
254 uso de recursos naturais como direitos universais. O **Sr. Wilson Azevedo Filho**
255 **(Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo)**
256 ressaltou que a competência do Itamaraty é de transmitir as políticas públicas formuladas
257 pelos demais ministérios e ressaltou que esse tema pode ser tratado pelo CNRH. O **Sr.**
258 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** consultou a câmara se tem alguma

sugestão de encaminhamento. O Sr. **Carlos Hugo (ONG)** sugeriu que seja encaminhado um ofício fundamentado sobre a pertinência de tratar desse tema, oficializando o pedido. A Sra. **Maria de Lourdes Pereira dos Santos (Indústrias)** solicitou que seja anexado a esse ofício um histórico do pedido e a posição do Itamaraty. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** propôs que fosse encaminhado um ofício a ANA solicitando a oficialização do pedido e estabelecendo um foco da proposição feita, apresentando subsídios para que aconteça uma discussão preliminar, com um histórico do tema nos fóruns mundiais e um posicionamento do Itamaraty sobre o tema. A CTIL encaminhou dessa forma. Passou-se ao item seguinte. **Item 7 – Esclarecimentos sobre o objetivo do Grupo de Trabalho Representatividade das Organizações Cívicas, criado na 113ª reunião da CTIL:** O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** passou a palavra ao relator da CTIL para esclarecimentos em relação ao item. O Sr. **Guilherme Alves (SRHU/MMA)** fez um breve relato sobre a criação e o objetivo do GT. O Sr. **Carlos Hugo (ONG)** fez uma proposta de extinção do GT, uma vez que ou se cria um GT com objetivo específico ou não tem razão para existir um GT. Ressaltou que essa discussão sobre a proposta de Resolução que cria o Cadastro das Organizações Cívicas não é mais pertinente. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** consulta se há alguma outra proposta. A Sra. **Liene Soares (ONG)** mantém a proposta de se manter o GT com a definição de se definir de quem é quem no artigo segundo da proposta de Resolução nº 106, mesmo porque a discussão persiste tendo ainda um caminho a ser percorrido, visto o assunto ter sido judicializado. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou que a Secretaria Executiva recebeu um pedido de prestação de informações sobre o processo de estabelecimento da Resolução nº 100 pelo departamento jurídico do MMA. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** colocou em votação as duas propostas: a de extinção do grupo proposta pelo Sr. **Carlos Hugo (MJ)** e a da manutenção do Grupo de Trabalho de autoria da Sra. **Liene Soares (ONG)**. Foi colocada a proposta da Sra. **Liene Soares (ONG)** em votação e obteve 3 votos favoráveis (**ONG, MME e Pescadores**); a proposta do Sr. **Carlos Hugo (ONG)** também foi colocada em votação, obtendo 5 votos favoráveis (**MJ, MI, Concessionárias, MMA, OTEP**); e houve 3 abstenções (**ANA, Industrias, CERH/SP**). A CTIL encaminhou a extinção do GT Representatividade das Organizações Cívicas. Passou-se ao item seguinte. **Item 8 – Acompanhamento do Grupo de Trabalho de “Água, Florestas e Solo” e do Grupo de Trabalho “Esclarecimentos sobre os planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos da zona costeira”:** O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** passou a palavra ao coordenador dos grupos de trabalho, o Sr. **Carlos Hugo (ONG)**. O Sr. **Carlos Hugo (ONG)** informou que os trabalhos do GT Água, Floresta e Solo estão suspensos, uma vez que o GT "Esclarecimentos sobre os planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos da zona costeira" está com a prioridade no momento, uma vez que o prazo é menor. Informou que o GT Zona Costeira já teve duas reuniões e acordou os pontos que devem fazer parte do relatório. A previsão de concluir o relatório está prevista para a próxima reunião do GT. Passou-se ao item seguinte. **Item 9 – Processo nº 02000.002025/2008-39: Revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos:** O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou aos membros da CTIL que assim que concluir a revisão do Regimento Interno será encaminhada a todos os Conselho Estaduais para verificação. Passou a análise dos últimos artigos do regimento interno. Após as adequações nos últimos artigos, concluiu-se a revisão do regimento. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** propôs encaminhamento que se receba até o dia 23 de abril incoerências, equívocos e sugestões em relação ao regimento interno dos itens já discutidos e vencidos aqui na câmara. Sendo vedada a reapresentação de proposta já discutida e vencida. A Secretaria Executiva fará um pente fino e irá consolidando essas sugestões. Na próxima reunião, serão discutidas as contribuições encaminhadas pelos membros. Após essa etapa,

a Secretaria Executiva encaminhará aos Conselhos Estaduais e aos conselheiros para manifestação no prazo de 30 dias. Havendo manifestação, voltará a CTIL e finalmente chegará a um produto final que será submetido ao plenário. A CTIL aprovou esse encaminhamento proposto. **Item 10 – Assuntos gerais:**A Sra. Neusa Marcondes (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo) informou do Seminário que haverá em São Paulo sobre gerenciamento costeiro. O Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo) informou que dia 15 de abril haverá o encontro dos representantes regionais do Comitê da bacia do Paranaíba, na cidade de Cristalina-GO. A Sra. Liene Soares Pereira (ONG) considerou que a reunião que ora termina foi a última coordenada por Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA) e que na oportunidade enquanto representante da sociedade civil, deixava uma recordação - um livro cujo título “Aprendi com meu chefe” de Ricardo Galuppo o qual aborda o que profissionais notáveis aprenderam com profissionais mais notáveis ainda em ambiente corporativo; salientando que dado o fato do coordenador passar a atuar doravante no segmento dos usuários que é bastante corporativo, deseja que as suas ações continuem a ser pautadas na conduta de homem público. Todos os membros da CTIL despediram-se do presidente.

RESUMO DA REUNIÃO

Item 2 – Após análise, a CTIL aprovou a proposta de moção que “Encaminha à Casa Civil da Presidência da República minuta de Medida Provisória visando garantir a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH no âmbito dos Estados” encaminhada pela CTCOB e encaminhou ao Plenário do CNRH para avaliação.

Item 3 – Após análise, a CTIL aprovou a proposta de moção que “Encaminha à Casa Civil da Presidência da República minuta de Medida Provisória que visa assegurar o repasse dos recursos para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH” encaminhada pela CTCOB e encaminhou ao Plenário do CNRH para avaliação.

Item 4 – Após as apresentações e as discussões, A CTIL encaminhou que, com 15 dias antes da próxima reunião da CTIL, sejam enviadas propostas para a conclusão do tema de definição de curso de água e que se tente a presença de um representante do IBAMA e do DRH do Rio Grande do Sul.

Item 5 – Após análise, a CTIL encaminhou que o tema será retirado da pauta e fica aos conselheiros reapresentar o tema ao CNRH.

Item 6 – Após as apresentações e as discussões, a CTIL encaminhou que seja encaminhado um ofício a ANA solicitando a oficialização do pedido e estabelecendo um foco da proposição feita, apresentando subsídios para que aconteça uma discussão preliminar, com um histórico do tema nos fóruns mundiais e um posicionamento do Itamaraty sobre o tema.

Item 7 – Após análise, a CTIL extinguiu o Grupo de Trabalho Representatividade.

Item 8 - O Sr. Carlos Hugo (ONG) informou sobre o andamento do Grupo de Trabalho Água, Floresta e Solo e sobre o Grupo de Trabalho Zona Costeiro.

Item 9 - Após análise, a CTIL encaminhou que se receba até o dia 23 de abril incoerências ou equívocos em relação ao regimento interno dos itens já discutidos e vencidos aqui na câmara. Sendo vedada a reapresentação de proposta já discutida e vencida

Ata aprovada na 117ª Reunião da CTIL, realizada nos dias 25 e 26 de maio de 2010.

Márley Caetano de Mendonça
Presidente

Guilherme Alves da Silva Neto
Relator